

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

FACULDADE DE FILOSOFIA

Departamento de Graduação

Amália Gabriel Batine

**Educação emancipadora em Paulo Freire: uma proposta para (re) estruturação da
qualidade de educação em Moçambique?**

Licenciatura em Filosofia

Maputo

Novembro - 2025

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Filosofia

Departamento de Graduação

Amália Gabriel Batine

**Educação emancipadora em Paulo Freire: uma proposta para (re) estruturação da
qualidade de educação em Moçambique.**

Monografia Científica, apresentada à
Universidade Eduardo Mondlane, como
exigência parcial para obtenção do grau
académico de Licenciada em Filosofia.

Tutor: Prof. Doutor José Blaunde Patimale

Maputo

Novembro - 2025

DECLARAÇÃO SOB COMPROMISSO DE HONRA

Eu, Amália Gabriel Batine, filha de Gabriel Jaime Batine e Florinda Guilichane Nhatsine, portadora do B.I. nº 11010271035S, declaro que esta Monografia é resultado da minha autoria, sob orientação do tutor. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas nas referências bibliográficas. Declaro ainda, que este trabalho não foi apresentado em nenhuma outra instituição para obtenção de qualquer grau académico nem como forma de avaliação.

Maputo, Novembro de 2025

(Amália Gabriel Batine)

EPÍGRAFE

“Ensinar não é transferir conhecimentos, mas criar possibilidades para sua própria produção” (FREIRE, Paulo 1997:21).

DEDICATÓRIA

Em memória ao meu tio, Norberto Português, pelo apoio prestado, encorajamento, e pela prontidão para responder às minhas necessidades acadêmicas, desde o ensino médio até então.

Que sua alma permaneça em paz.

AGRADECIMENTO

À Deus, Todo-poderoso, por permitir-me esta grande realização, e por todas bênçãos.

À minha família, em especial à mãe, Florinda Nhatsine, por tudo que faz por mim. Durante os cinco (5) anos de formação, em nenhum dia, minha mãe se fez à cama antes que eu chegasse em casa. Pelas noites “perdidas”, este trabalho é testemunho de que não foram em vão. Obrigada mãe.

Ao meu tio, Norberto, por todo apoio e motivação. Foi graças a ele, desistir nunca foi opção para mim.

Ao meu Tutor *Prof. Doutor* José Blaunde, pelo acompanhamento e pelas ideias que serviram para o melhoramento do trabalho.

Ao meu amigo, Manuel Jossias, por toda ajuda que me prestou durante a formação. Por tua causa, nunca me faltou dinheiro de transporte ou para a compra de material para estudar. Tua amizade tem grande valor em minha vida.

Finalmente, a todos que de todas as formas possíveis contribuíram para a realização deste grande passo.

RESUMO

A presente Monografia tem como tema: “*Educação emancipadora em Paulo Freire: uma proposta para (re) estruturação da qualidade de Educação em Moçambique*”. Este tema resultou primeiro, do interesse pessoal consequência das lições tidas ao longo das aulas da Filosofia da Educação, onde a abordagem sobre Paulo Freire foi matérias que me despertaram atenção sobre o assunto em estudo. Segundo, o tema deste trabalho, sobretudo, as matérias ligadas a educação sempre tiveram uma atenção especial visto que futuramente pretendo dar continuidade no estudo sobre a área da educação. Quanto aos objectivos há que destacar o seguinte: Objectivo geral, visa analisar o processo da educação em Moçambique à luz de Paulo Freire. O problema central desta monografia é: Porquê é que a educação emancipatória em Paulo Freire pode ser considerada uma proposta para (re) estruturação da qualidade de educação em Moçambique? E quanto aos objectivos específicos há que referenciar os seguintes: primeiro, apresentar uma contextualização sobre a gênese do pensamento educacional de Paulo Freire; segundo, analisar as diversas formas de promoção da educação emancipadora; terceiro, reflectir sobre o impacto da educação freirana em Moçambique. Quanto ao método, usou-se o método qualitativo visto que a finalidade de deste trabalho visa essencialmente, analisar sobre até que ponto o pensamento de Paulo Freire se reflectiu em Moçambique. E da análise que fizemos, concluímos que o impacto do pensamento de Paulo Freire, não se cingiu somente no continente sul americano, sobretudo em Brasil, mas também, se fez sentir também Moçambique visto que no processo de ensino e aprendizagem em vigor no país, nota-se que hoje em dia já se desaconselha a educação bancária. Na sala de aula, sobretudo, no ensino secundário e no ensino superior o aluno, assim como o estudante, não são considerado um espaço para o depósito do conhecimento, mas sim, cada interveniente do processo de ensino e aprendizagem usa o diálogo como o meio que possa permitir a melhor interação entre a pessoa (aluno) que aprende e a pessoa que ensina (professor).

Conceitos-chave: filosofia da educação, educação emancipadora, inclusão.

ÍNDICE

CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE NO ÂMBITO DE EDUCAÇÃO	13
1. A concepção de educação como processo de ensino-aprendizagem desde a antiguidade até os tempos actuais	14
2. A concepção de educação em Paulo Freire	19
3. A educação como instrumento de emancipação em Paulo Freire	21
CAPÍTULO II: EDUCAÇÃO EMANCIPADORA EM PAULO FERREIRE	25
1. O Método de Paulo Freire como forma de promover a educação emancipadora	25
2. O impacto de educação de Paulo Freire para Moçambique.....	27
CAPÍTULO III: IMPACTO DA EDUCAÇÃO FERIANA EM MOÇAMBIQUE	30
a) Educação como prática da liberdade.....	30
b) Desenvolvimento da consciência crítica (conscientização).....	30
c) Valorização do diálogo e da escuta	30
d) Influência em políticas públicas	31
1. A educação como meio para a formação do cidadão	31
2. Educação inclusiva de Paulo Freire para formação do cidadão	34
CONCLUSÃO	38
REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS.....	40

Introdução

A presente Monografia tem como tema: “*Educação emancipadora em Paulo Freire: uma proposta para (re) estruturação da qualidade de Educação em Moçambique*”. Este tema resultou primeiro, do interesse pessoal consequência das lições tidas ao longo das aulas da Filosofia da Educação, onde a abordagem sobre Paulo Freire foi matérias que me despertaram atenção sobre o assunto em estudo. Segundo, o tema deste trabalho, sobretudo, as matérias ligadas a educação sempre tiveram uma atenção especial visto que futuramente pretendo dar continuidade no estudo sobre a área da educação. Porquê é que a educação emancipatória em Paulo Freire pode ser considerada uma proposta para (re) estruturação da qualidade de educação em Moçambique? Quanto aos objectivos há que destacar o seguinte: Objectivo geral, visa analisar o processo da educação em Moçambique à luz de Paulo Freire. E quanto aos objectivos específicos há que referenciar os seguintes: primeiro, apresentar uma contextualização sobre a gênese do pensamento educacional de Paulo Freire; segundo, analisar as diversas formas de promoção da educação emancipadora; terceiro, reflectir sobre o impacto da educação freirana em Moçambique. Quanto ao método, usou-se o método qualitativo visto que a finalidade de deste trabalho visa essencialmente, analisar sobre até que ponto o pensamento de Paulo Freire se reflectiu em Moçambique.

A educação é a base do desenvolvimento de uma sociedade. É através da educação que se pode formar cidadãos livres, autónomos, com capacidade crítica e reflexiva. A educação deve cultivar a moral, despertando para que o homem tome consciência de que ela deve estar presente em todas as acções de sua vida, em todo o seu desenvolvimento, em todo o ser e, por efeito, deixando raízes sobre o direito, que não subsiste sem a moral.

O processo educativo em Moçambique é resultado de uma evolução histórica das transformações ocorridas no período de transição do país do sistema colonial para o sistema pós-colonial. Ele trouxe uma nova visão sobre o futuro de Moçambique no que concerne a educação para todos

Para o desenvolvimento deste trabalho, levanta-se as seguintes questões: até que ponto a educação emancipadora proposta por Paulo Freire possibilita a reestruturação da qualidade da educação em Moçambique? Qual é o impacto da educação emancipadora para o restabelecimento da qualidade de educação em Moçambique? De que forma a educação emancipadora e inclusiva tornam a educação uma área contribuinte para o desenvolvimento da sociedade e na formação do cidadão?

A educação, por excelência, engloba: teorias e práticas pedagógicas, ensino, aprendizagem, docência, discência, desenvolvimento cognitivo e muitos outros componentes educacionais. Neste sentido, convém esclarecer, *a priori*, que considera-se que reflectir actualmente sobre a dinâmica ensino-aprendizagem escolar é tarefa que deve fazer parte do quotidiano de todos os professores, envolvidos que estão em um conjunto de problemas, indefinições e questionamentos relativos ao futuro da escola pública em nosso país.

A necessidade de desenvolver um sistema de ensino que beneficiasse a sociedade moçambicana remonta já há algum tempo. Desde o tempo colonial, os moçambicanos marginalizados por essa administração idealizavam um sistema de organização de ensino mais plural em que as decisões fossem também do agrado e do consenso da maioria. Isso porque o sistema colonial em Moçambique desenvolvera um sistema educativo injusto e uma organização escolar segregacionista, racista e diferenciadora de classes.

A monografia tem como objectivo geral: compreender o contributo de Paulo Freire para a reestruturação da qualidade de educação em Moçambique. E especificamente, pretende-se: a) contextualizar o pensamento de Paulo Freire no âmbito de educação; b) identificar o impacto da educação emancipadora para o restabelecimento da qualidade de educação em Moçambique; e c) avaliar o impacto da Educação Freireina em Moçambique. Expõe o método pelo ponto de vista de uma educação libertadora, em que os educandos devem ser entendidos, assim como suas realidades. Freire chama de investigação temática, *um esforço comum de consciência da realidade e de auto consciência, que a inscreve como ponto de partida do processo educativo, ou da acção cultural de carácter libertador*. A partir do saber do educando não significa girar em torno dele, repetidamente. Mas sim, partir do ‘saber de experiência feito’ para superá-la não é ficar nele. Freire defende que o mundo do estudante seja o ponto de partida para sua educação.

Numa primeira apreciação, infere-se que Freire está dizendo que a educação sempre é um determinado conjunto de ideias relativas ao conhecimento sendo praticadas. Mas, para alcançarmos um entendimento mais aprofundado do significado dessa afirmação de Paulo Freire, é necessário que saibamos o que é teoria do conhecimento e, para isso, precisamos saber primeiro o que é teoria.

A educação não só interferiria na realidade, mas também seria fundamental para reinventá-la. Destaca que o fundamental de uma boa educação é fomentar nas pessoas o prazer de amar as ciências e seus métodos. Para ele a educação deve desenvolver o conhecimento do homem, como essência e ao mesmo tempo ética, ou seja, um homem ideal para a sociedade que deveria integrar-se.

Importa referir que o trabalho encontra-se estruturado em três capítulos onde no primeiro fizemos uma abordagem do pensamento de Paulo Freire no âmbito de educação; no *segundo*, abordamos o impacto da educação emancipadora para o restabelecimento da qualidade de educação em Moçambique e por último vislumbramos os contributos de educação emancipadora e inclusiva para a formação do cidadão.

Para a realização da pesquisa recorreu-se ao método de pesquisa bibliográfica, que consistiu em elaborar o trabalho a partir de material já elaborado, como artigos científicos, obras dos autores que abordam sobre o tema. O trabalho foi suportado pelas técnicas de comparação de textos de autores que discutem o problema da educação, teve também a hermenêutica, que consistiu na análise e interpretação de textos.

CAPÍTULO I: CONTEXTUALIZAÇÃO DO PENSAMENTO DE PAULO FREIRE NO ÂMBITO DE EDUCAÇÃO

O presente capítulo visa, essencialmente, abordar os seguintes pontos: os aspectos sócio-político e económicos inerentes a educação em Paulo Freire; contextualizar a questão da educação desde a antiguidade até a actualidade.

1. Social e Político

Neste eixo destacam-se os seguintes elementos:

- ✓ **Desigualdade social e exclusão** tratando-se de um período assinalado pelo analfabetismo como um grande problema associado a pobreza e a falta de direitos democráticos, como o voto para analfabetos.
- ✓ **Ascensão de movimentos sociais**¹ por outro ligado ao facto da industrialização e a crise do campo estimularam o crescimento de movimentos camponeses e urbanos. O pensamento de Freire foi influenciado por essa mobilização popular e buscava instrumentalizar os oprimidos para que pudessem ter voz e reivindicar seus direitos.
- ✓ **Polarização política:** a Revolução Cubana em 1959 inspirou movimentos de luta armada e a busca por uma mudança radical na sociedade latino-americana. Por outro lado, os Estados Unidos, através da Aliança para o Progresso, tentaram conter o avanço do comunismo com políticas de alfabetização. A ditadura militar brasileira, instaurada em 1964, representou uma forte reacção dos sectores dominantes.

2. Económico

- ✓ **Desigualdade social e analfabetismo:** as desigualdades sociais e a persistência do analfabetismo criavam um ciclo de exclusão, impedindo que a população mais pobre pudesse exercer plenamente sua cidadania.

¹ Movimentos sociais definidos como acções colectivas que visam a transformação social, impulsionadas pela busca de historicidade em uma sociedade. Define-os como interacção entre grupos com identidades próprias, adversários definidos e um objectivo comum em disputa. (Cfr. TOURAINE).

- ✓ **Industrialização e urbanização:** o rápido processo de urbanização e industrialização da época evidenciou ainda mais as disparidades entre as classes sociais e a necessidade de uma educação que acompanhasse as transformações.
- ✓ **Educação como instrumento de poder:** Freire percebeu que a falta de alfabetização era utilizada como um instrumento para manter o poder e os privilégios, e que a educação tradicional, ao invés de libertar, apenas reproduzia a opressão.
- ✓ **Conscientização e emancipação:** a alfabetização, na visão de Freire, deveria ir além do código escrito, promovendo a conscientização e a capacidade crítica do indivíduo para que pudesse lutar por seus direitos e se tornar um sujeito de sua própria história.
- ✓ **Influências:** suas ideias foram influenciadas pela teologia da libertação e pelo marxismo, buscando a emancipação da classe trabalhadora e a transformação social através da educação.

3. A educação enquanto processo de ensino-aprendizagem desde a antiguidade até a actualidade

Segundo Platão (*Apud*, Texeira, 2006) desde a época clássica o homem sempre se preocupou em transmitir as suas experiências, conhecimentos, habilidades e hábitos dos mais velhos para os mais novos. A transmissão das experiências e dos conhecimentos aos mais novos para além de ser um processo de preservação da cultura, também constitui um momento de passagem do legado que o mais velhos acumularam durante o período em que estiveram a conviver no ambiente social. O que significa que o processo de ensino e aprendizagem constitui um momento fundamental da vida. Neste sentido, pode-se afirmar que é por intermédio do qual cada geração humana se apropria das experiências e descobertas das gerações anteriores bem como oferece a sua contribuição para o crescimento do património sociocultural aos mais novos.

Neste processo de transmissão de experiências e conhecimentos, na visão de Marques (1999: 20), o conceito de ensino e aprendizagem não foi o mesmo ao longo da história. Ou seja, as tentativas de explicar os factos do ensino e aprendizagem sempre se confundiram com as explicações dos processos lógicos e com as teorias do conhecimento. Por conseguinte, as concepções de ensino e aprendizagem apoiaram-se nas correntes filosóficas predominantes em cada época histórica. Elas foram evoluindo com o desenvolvimento histórico da humanidade, de tal modo que, desde a

Antiguidade até aos nossos dias assiste-se formas diferentes de conceituar o ensino e aprendizagem.

Na Antiguidade, as concepções sobre a aprendizagem foram influenciadas pelas ideias filosóficas de Sócrates, Platão e Aristóteles. Para Sócrates, o conhecimento preexiste no espírito do homem e a aprendizagem consiste em despertar esses conhecimentos inatos e adormecidos. Com efeito, a aprendizagem não é nada mais que uma reminiscência, ideia retomada por Platão. A Idade Média, que teve como expoentes máximos Santo Agostinho e Santo Tomás de Aquino, conceituou a aprendizagem como um processo inteligente, dinâmico e auto-*activo*. Estas ideias foram aprofundadas e melhoradas no Século XVIII e princípios do Século XIX por João A. Comenius, Jean J. Rousseau, Enrique Pestalozzi e John Friedrich Herbart.

O século XVIII e princípios do século XIX foram muito ricos em teorias pedagógicas, pois, foi nesta época que surgiu a primeira teoria de ensino desenvolvida pelo pedagogo João Amós Comenius (1592-1670), a “Didáctica Magna”. Nesta grande obra pedagógica faz uma exposição detalhada sobre os princípios e regras de ensino da criança e foi o primeiro pedagogo a reconhecer o direito da educação das crianças de ambos os sexos, quando afirmou: “*Toda a juventude de ambos os sexos deve ser enviada às escolas*” (COMENIUS, 1957: 139). Este princípio é reconhecido, hoje, como direito fundamental em vários países do mundo, incluindo Moçambique e foi adoptado na Conferência Mundial sobre Educação para Todos em Jomtien, Tailândia em 1990.

A Didáctica de Comenius baseou-se na ideia de que a educação deve estar em contacto com a natureza, pois o Homem é parte da natureza e por isso subordina-se às leis universais. Com efeito, o papel da Didáctica, segundo Comenius, consiste em descobrir a ordem natural das coisas. O E-A é um processo no qual a percepção sensível desempenha um papel crucial, pois a fonte do conhecimento são as sensações. Esta ideia foi exposta detalhadamente na outra famosa obra de Comenius denominada *Orbis pictus* (O mundo ilustrado). A contribuição de Comenius assenta em três pilares básicos: o método conforme a natureza, a graduação da educação e a escola única para todos.

Na segunda metade do século XVIII, vivia-se o movimento cultural que defendia a concepção da bondade natural do homem. É neste grande movimento que Jean-Jacques Rousseau (1712-1778) se inspira para formular a sua doutrina educativa. O postulado básico da teoria educativa de

Rousseau é a “bondade congénita da natureza humana”. Para explicar as suas ideias criou um tipo ideal de educando, “o Emílio” e descreve a sua educação por etapas: zero anos até a aprendizagem da linguagem falada, dos 2 aos 12 anos, dos 12 aos 15 anos, dos 15 até o casamento; e descreveu igualmente a Sofia que seria a futura esposa de Emílio. A obra Emílio foi um tratado sobre a bondade original do homem e tinha como objectivo demonstrar como é que o vício e o erro vindos do exterior eram maléficos.

Herbart (1876: 41) defendeu que o ensino deve respeitar os seguintes passos formais: preparação, apresentação, associação sistematização e aplicação. Com efeito, os passos formais de Herbart são, hoje, a referência obrigatória da sequência do processo de E-A preconizados na Didáctica (Cfr. Libâneo (1994). As ideias pedagógicas do Século XVIII e princípios do Século XIX, sobretudo com o surgimento da Didáctica como ciência de ensino, a necessidade do estudo psicológico da criança e aprendizagem activa constituíram os alicerces para as abordagens actuais do ensino e aprendizagem. As abordagens actuais de E-A são essencialmente comportamentalistas (behavioristas) e cognitivas.

Na primeira metade do século XX as concepções do processo de ensino e aprendizagem foram influenciadas pelo behaviorismo onde a aprendizagem foi concebida como uma aquisição de respostas do que os mais novos aprendiam dos mais velhos. Neste sentido o aprendiz era um sujeito passivo que podia ser condicionado pelas recompensas e punições exteriores. Assim sendo, o objectivo da instrução não era nada mais do que o acréscimo do número de respostas acertivas. As consequências deste tipo de educação foram resumidas da seguinte forma:

O educador não é um simples facilitador do educando, mas sim o seu líder e programador; educar não é animar, mas sim ensinar algo; a educação não pode prescindir de alguma coacção sobre o educando; a educação pressiona e obriga o educando a agir como deve ser e finalmente, privilegiam o ensino programado (MARQUES, 1999: 27).

A partir da citação acima, se pode depreender que houve um momento em que a aprendizagem foi definida como aquisição de conhecimentos e não de experiência. Na base desta concepção, o aprendiz era visto como um processador de informação e o professor o fornecedor dessa informação. Esta maneira de ver a aprendizagem fez com que os objectivos da instrução fossem de aumentar a quantidade de conhecimentos disponíveis no sujeito. Nesta época inicia a influência da corrente cognitivista que se tornou dominante na década 70, segundo a qual, a

aprendizagem é uma construção de conhecimento. Com efeito, o aprendiz não é apenas um repositório de conhecimentos, mas um construtor dos mesmos com capacidades de controlo e interpretação dos seus próprios processos cognitivos.

Daí que, se pode inferir que as concepções cognitivas surgem como reacção das concepções behavioristas. Por outras palavras, os cognitivistas centraram o seu estudo nos processos eminentemente mentais. O que significa a inteligência não é um “dom” de nascença, ela constrói-se na interacção com os objectos e situações nas diferentes etapas do desenvolvimento da criança. O desenvolvimento cognitivo é uma adaptação da criança ao meio ambiente, a qual não é passiva, pois a criança age sobre o meio ambiente e modifica-o.

Os representantes da concepção cognitivista consideram que a “aprendizagem é um processo normal, harmónico e progressivo de exploração, descoberta e reorganização mental em busca de um equilíbrio. Por seu turno Bruner outro representante da concepção cognitivista define a aprendizagem como “*um processo activo do sujeito que aprende, organiza e guarda informação recebida*” (Tavares, *et al*, 1985: 103).

Vista a aprendizagem nesta perspectiva, o papel do professor muda radicalmente, pois não é mais aquele professor que se coloca no centro do processo e a criança aprende passivamente. O professor é o mediador do processo. Propõe desafios aos seus alunos e ajuda-os a resolvê-los através de actividades de cooperação entre eles onde os mais adiantados ajudam os mais fracos. Assim, o professor desempenha o papel de organizador do ambiente de aprendizagem, avaliador do pensamento da criança e estimulador das iniciativas e actividades de grupo (Marques, 1999). Estamos deste modo em presença da abordagem construtivista.

A abordagem construtivista aparece como a síntese das abordagens actuais mais consensuais. Segundo esta abordagem, a aprendizagem escolar é resultado de um processo complexo de intercâmbios funcionais que se estabelece entre três elementos fundamentais: aluno, professor e conteúdo. No triângulo interactivo, o aluno, através da actividade mental constrói o seu conhecimento com ajuda do professor. Este por meio do ensino é um mediador entre a actividade mental construtivista do aluno e os conteúdos escolares veiculados.

O pensamento de Paulo Freire mudou o modo de conceber a educação e ainda continua sendo inspiração para se pensar o processo educativo nos dias de hoje. Seus escritos sublinham a

necessidade de uma prática coerente com a realidade e se dispõe a perceber as contradições da existência humana, feita através da problematização e da reflexão permanente. Seu pensamento não convive com respostas prontas sobre o mundo, a realidade ou sobre a educação. Pelo contrário, expressa-se no desafio da própria maneira de pensar e agir sobre o mundo, por isso Paulo Freire “*não pensa pensamentos. Pensa a realidade e a ação sobre ela. Trabalha teoricamente a partir dela*” (GADOTTI, 1996: 77). Sendo assim, o que fundamenta o pensamento de Paulo Freire, necessariamente, é o que envolve a questão do “pensar certo” (Cfr. Freire, 1996), que se dá a partir de um processo permanente, na ação mesma de entender que somos seres produtores e elaboradores da nossa história, da nossa própria cultura.

Neste sentido, o pensar certo é um movimento contínuo que se traduz na capacidade humana de raciocinar e transformar. Os pensamentos elaborados sobre o nosso contexto, nos ajudam a intervir no mundo para transformá-lo, trazendo mudanças para o modo de fazer e produzir a realidade concreta. Demanda conhecer para agir de forma coerente, pois, “*pensar certo é fazer certo*” (FREIRE, 1996: 16). O pensamento de Paulo Freire é um convite a pensar certo, a conscientizar-se. Como educador, não se preocupa apenas com o conteúdo da prática educativa, mas com os princípios que norteiam esta prática. O próprio afirma que sua preocupação pedagógica, diz respeito “*não apenas ensinar os conteúdos, mas também ensinar a pensar certo*” (FREIRE, 1996: 14).

Portanto, todo o trabalho de Paulo Freire consiste em decifrar o pensar certo para fazer certo. Sua pedagogia é voltada para a pessoa humana, por isso, para crianças, jovens e adultos. Mas foi com grupos, compostos por adultos, que seu trabalho lhe deu maior visibilidade, por conta da sensibilidade e percepção da necessidade de uma metodologia que alcançasse em profundidade a realidade de certos grupos populares, em seus contextos de vida.

Paulo Freire, se sensibilizou pela realidade da grande massa de brasileiros analfabetos, que se viam oprimidos e injustiçados, pois eram verdadeiros excluídos das questões sociais. Na percepção daquela realidade, se sentiu responsável, enquanto educador, em denunciar e anunciar a libertação dos oprimidos, através do pensar certo, compreendendo seu papel como agente pensante e actuante, na busca pela transformação do mundo.

A crítica à educação bancária, pelo fato desta estabelecer uma relação de hierarquia entre educador e educandos. “*A educação consiste numa relação mútua entre educador-educando, seja na escola ou fora dela, pois para ele, “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”* (FREIRE, 1987: 39).

Quando o Professor assume o papel de detentor do saber, os segundos são meros receptores deste saber, como uma espécie de transmissão mecânica do conhecimento. Nesta relação não há trocas de experiências, nem sequer diálogo, pois são “*relações fundamentalmente narradoras, dissertadoras*” (Ibidem). Assim, o educador, através de seu monólogo, tem a função de “encher”, “colocar”, “depositar” os conteúdos dos quais acredita serem relevantes, sem levar em conta as necessidades, a linguagem, a experiência de vida dos educandos, fazendo com que a mensagem transmitida seja algo distante e fora do contexto daqueles, sem qualquer relação com a realidade vivida e experimentada pelos mesmos.

4. o conceito de educação

Em Freire (2003: 40) a educação é concebida como um conjunto de ideias relativas ao conhecimento que tem a ver com a prática. Esta maneira de conceber a educação coaduna com a ideia que diz: “*é, sobretudo, formar a autonomia do sujeito histórico competente, uma vez que, o educando não é o objecto de ensino, mas sim sujeito do processo...*”(DEMO, 1996: 16). Assim sendo, a educação seria uma concepção filosófica sobre os conhecimentos colocados em vida prática.

Educar seria promover a prática de uma teoria sobre os conhecimentos. Toda a acção cujos propósitos educacionais estariam necessariamente fundamentados em uma convicção acerca dos conhecimentos que tem a ver com o dia a dia. A base de qualquer teoria educacional seria uma teoria do conhecimento, ou seja, seria necessário responder à pergunta o que é o conhecimento? antes da elaboração e da prática de uma teoria sobre a educação. Após uma primeira leitura dessa definição, já pode-se identificar que, para Freire, o conhecimento é, em primeiro lugar, um processo que envolve a acção e reflexão sobre o mundo que como epicentro o próprio homem.

A educação defendida por Freire seria a teoria do conhecimento dele colocada em prática, ou seja, a teoria do conhecimento freireana, quando praticada, realizaria a concepção freireana de educação. Por isso, a concepção freireana de educação dependeria da concepção freireana de

conhecimento, isto é, da sua teoria do conhecimento. Colocar em prática uma teoria significa agir de acordo com o que essa teoria diz: “...*como experiência especificamente humana, a educação é uma forma de intervenção no mundo.*” (FREIRE, 2006: 61). Novamente a educação é citada como algo particularmente humano e como um modo de interferir na realidade, o que combina com a ideia de acção-reflexão humana para a transformação do mundo.

Freire não diz “intervenção no mundo”, mas “reinvenção do mundo”. Assim, a educação não só interferiria na realidade, mas também seria fundamental para reinventá-la. A interferência da educação na realidade seria no sentido de recriá-la. Sem a educação, a realidade não poderia ser inventada novamente. Ao dizer isso, Freire está também dizendo que a realidade é algo inventado, pois para que se reinvente algo é necessário que esse algo já tenha sido inventado antes; e o elemento básico para se criar novamente a realidade seria a educação (FREIRE, 2003: 10)..

Para Paulo Freire, a educação é um processo constante de criação do conhecimento. Esse processo seria um modo de intervenção na realidade e um elemento basilar para recriá-la. Em tal processo, haveria a busca contínua da transformação da realidade por meio da acção-reflexão humana. Esta criaria o conhecimento, o qual seria um processo social.

Desse modo, a educação freireana teria dois objectivos básicos: a criação do conhecimento e a transformação-reinvenção da realidade. Com efeito, o conhecimento seria produto ou resultado da acção -reflexão humana para a transformação ou reinvenção da realidade. O processo constante de busca da transformação reinvenção da realidade por meio da acção-reflexão humana seria o próprio acto de criação do conhecimento, isto é, a educação.

No escrito de falar ao educando a falar a ele e com ele. *A educação é um ato político.* Novamente, Freire associa a educação ao campo político: ela seria uma acção, uma atitude, uma prática política. Portanto, a educação, isto é, o processo constante de criação do conhecimento e de busca da transformação-reinvenção da realidade pela acção-reflexão humana seria um processo político.

Paulo Freire acreditava na existência de duas espécies gerais de educação: a educação dominadora e a educação libertadora. Ambas seriam teorias do conhecimento colocadas em

prática, mas a primeira (dominadora) estaria a serviço das classes dominantes, e a segunda (libertadora) estaria a serviço da libertação das classes dominadas.

A proposta educacional de Paulo Freire, a sua concepção de educação como processo constante de criação do conhecimento e de busca da transformação-reinvenção da realidade pela acção-reflexão humana, seria uma concepção libertadora de educação, pois a educação domesticadora seria mero ato de transferência de conhecimento e de descrição da realidade, enquanto a educação libertadora seria ato de criação do conhecimento e método de acção-reflexão para a transformação-reinvenção da realidade. Portanto, os textos de Paulo Freire, como expressão da educação libertadora, teriam a finalidade de criar o conhecimento e de transformar reinventar a realidade por meio da acção-reflexão do próprio Freire, da qual os textos seriam manifestação.

5. A educação enquanto instrumento de emancipação do homem

Na obra “Pedagogia do Oprimido”, Freire defende uma pedagogia para todos e que possa se emancipar, mediante uma luta libertadora, que *“só faz sentido se os oprimidos buscarem a reconstrução de sua humanidade e realizarem a grande tarefa humanística e histórica dos oprimidos – libertar-se a si e os opressores”* (FREIRE, 2002: 30). Daí, a necessidade de continuar uma luta pela transformação social, visando emancipação, O projecto emancipatório defendido por Freire também chama atenção para o multiculturalismo, clareando que o direito de ser diferente, significa sociedade democrática. Para identificar mais claramente aquilo que Freire defende como projecto emancipatório, é condição fundamental que se busque uma sociedade socialista.

Não se pode falar de emancipação no pensamento de Freire sem que se fale da relação entre política, educação e emancipação. Segundo o autor, é uma relação necessária entre política e educação, mas não necessariamente entre educação e emancipação. Ele coloca que o potencial educativo, vem da articulação possível, sem deixar de esquecer que é tencionado durante a prática através do engajamento do laço social. Por isso é importante perceber que não significa que a prática educativa possa transformar por si só a realidade porque compreende, que a transformação qualitativa da sociedade acontece na alternativa das condições materiais objectivas, pela práxis humana colectiva, nomeando com isso, a luta de classes.

Para compreender melhor o método de Freire para alcançar experiências emancipatórias, trabalhando constantemente na acção libertadora para autonomia e posição crítica da realidade, é importante saber sobre educação sistemática e trabalhos educativos.

No processo da educação sistemática, as práticas se voltam predominantemente à manutenção das estruturas sociais, conformando-se enquanto processo de subjectivação/interiorização de valores funcionais à ordem. Em outras palavras, significa: qualificando sujeitos para a produção pura e para a reprodução da submissão à ideologia dominante. Importante aqui é entender que possibilidade de melhora na condição de vida dos oprimidos, há que se alterar a reprodução dos lugares ocupados na economia e na divisão social do trabalho, para que, também possa se alterar a partir de práticas libertadoras e emancipatórias, a condição de explorador/explorado das sociedades capitalistas.

Outras políticas educativas, referentes aos trabalhos educativos, referem-se às práticas libertadoras, comprometidas com a emancipação dos oprimidos. As práticas libertadoras também se comprometem com o ensino de conteúdos, mas estão prioritariamente, voltados à conscientização de seus agentes, que implica:

[...] que ultrapassaremos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual a realidade se dá como objeto cognoscível e no qual o homem assume uma posição epistemológica. A conscientização é neste sentido, um teste de realidade. Quanto mais conscientização, mais se desvela a realidade, mais se penetra na essência fenomênica do objeto, frente ao qual nos encontramos para analisá-la. Por esta mesma razão, a conscientização não consiste em estar frente à realidade assumindo uma posição falsamente intelectual. A conscientização não pode existir fora da práxis, ou melhor, sem o ato ação-reflexão. Esta unidade dialética constitui, de maneira permanente, o modo de ser ou de transformar o mundo que caracteriza os homens. Por isso mesmo, a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo (FREIRE, 1980: 26).

Ao denunciar certa realidade, a realidade vivida, temos em mente a conquista de outra realidade, uma realidade projectada. Esta outra realidade é a utopia. A utopia situa-se no horizonte da experiência vivida. Em Paulo Freire, a realidade projectada (utopia) funciona como um dínamo de seu pensamento agindo directamente sobre a práxis. Portanto, não há nele uma teoria separada da prática.

Fica claro que a maior preocupação de Paulo Freire é educar para alcançar a emancipação. Essa é a marca inovadora desse método de educação. Freire ao invés de se comprometer com esquemas dos poderes políticos e académicos comprometem-se com uma realidade a ser transformada, com vistas ao alcance de uma educação diferenciada, que no entender dele, é possível por meio do estabelecimento de diálogos.

Paulo Freire procura mostrar o papel da educação, do ponto de vista do oprimido, na construção de uma sociedade emancipatória. Ainda nesta obra, Freire desenvolve o conceito de consciência crítica que é ao mesmo tempo desafiadora e transformadora. Entende que para o alcance da tal consciência crítica, é indispensável o diálogo crítico, a fala e a convivência. O diálogo que este pensador defende é horizontal, e ele propõe que seja nutrido de amor, humildade, esperança, fé e confiança, em que o educador respeita e valoriza as ideias dos educandos.

A obra “Pedagogia do oprimido” complementa as percepções pedagógicas de Freire, estabelecendo diferenças entre a pedagogia do colonizador ou opressor, que ele chamou de educação bancária e a pedagogia do colonizado, em que a consciência do oprimido encontra-se imersa no mundo, preparado de forma intencional pelo colonizador ou opressor.

Existe uma dualidade que envolve a consciência do oprimido: de um lado, essa aderência ao opressor, essa “hospedagem” da consciência do dominador seus valores, sua ideologia, seus interesses — e o medo de ser livre e, de outro, o desejo e a necessidade de libertar-se. Trava-se, assim, no oprimido, uma luta interna que precisa deixar de ser individual para se transformar em luta colectiva: ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho: os homens se libertam em comunhão.

Paulo Freire faz a abordagem da educação emancipadora como transformação social, pressupõe ver o homem não como mero reservatório, depósito de conteúdos, mas sujeito construtor da própria história e em consequência, capaz de problematizar suas relações com o mundo. A relação professor – aluno para Paulo Freire, deve partir do reconhecimento das condições sociais, culturais, económicas dos alunos e suas famílias. A acção educativa acontece na relação educador e educando, mas é permeada pelo desejo incessante que aguça a curiosidade, que traz a dinâmica de aprender com significado, em que o educador saiba o que vai ensinar e, portanto, estimula o aluno a perguntar, a conhecer.

Em resumo, o indivíduo não se educa sozinho, é necessário que ocorra uma recíproca troca de conhecimento partindo da essencial premissa: Educador e educando se complementam na arte de aprender. Isso significa que educador e educando interagem nessa troca de conhecimento, há recíproca contribuição entre as partes. Deixa então de existir o que Freire denomina como educação bancária, unilateral e autoritária.

CAPÍTULO II: AS FORMAS DE PROMOVER A EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

O presente capítulo tem como o epicentro o seguinte: mecanismos de promoção da educação emancipatória; reflexões em torno do processo de educação em Moçambique à luz do pensamento de Paulo Freire, entre outros aspectos.

1. Mecanismos de promoção da educação emancipatória

Da leitura feita sobre os mecanismos de promoção da educação emancipatória, ficou-se a saber que em Paulo Freire, para além da educação das crianças, a alfabetização de adultos constitui um dos mecanismos também recomendável porque viabiliza a inserção dos indivíduos no mundo como sujeitos pensantes capazes de desenvolver um pensamento crítico sobre a realidade em que estão inseridos. A grande novidade desta filosofia habitualmente conhecida por Método Paulo Freire está nos seus conteúdos que visam conscientizar o aluno.

Esse método apresenta-se como ferramenta na construção e apreensão do conhecimento num diálogo entre educador e educando, buscando a essência ontológica do homem que é a busca de sempre “ser mais”. Mediante a uma realidade social onde os sujeitos estão inseridos, numa relação nada amigável ou harmónica, entre uma classe de opressores e outra de oprimidos.

Essa libertação tão almejada por parte dos oprimidos se daria segundo Freire, por meio da educação. Sua experiência pessoal lhe conferia a coerência do método e seu objectivo, além de o estimular a difundi-lo nas periferias da humanidade. Após ter observado a experiência de sua práxis educativa, Freire entende que só o homem na condição de oprimido seria capaz de se libertar de uma sociedade ideologicamente opressora.

A eficácia e validação do método Paulo Freire é feita a partir da realidade do participante de um programa de alfabetização e educação de adultos, a partir de situações existenciais, coisas e fatos que conhecemos e dominamos no quotidiano e, para tal, chama-se atenção ao educador para respeitar o senso comum e superá-lo:

Nessas sociedades, governadas pelos interesses de grupos, classes e nações dominantes, “a educação como prática da liberdade” postula, necessariamente, uma “pedagogia do oprimido”. Não pedagogia para ele, mas dele. Os caminhos da libertação são os do oprimido que se libera: ele não é coisa que se resgata, é sujeito que se deve autoconfigurar responsabilmente (FREIRE, 2005: 7).

O método que possibilita a obra “Pedagogia do Oprimido”, e demais obras do autor, é baseado na prerrogativa de que o homem como sendo um ser social, toma consciência de si e de todas as coisas que o cercam, sendo competente para transformar-se em algo cada vez melhor e, acima de tudo, sendo habilidoso em transformar o meio social em que se encontra. No entanto, esta atitude que o homem é capaz de desenvolver se dá através da colectividade, à medida que o ser humano é um ser social e participante activo do mundo sob o viés da consciência.

O referido método elucida o conceito de cultura e humanização por entender que o ser humano é um ser social dotado de cultura. Por esta razão, Freire entende que o indivíduo quando privado de uma educação libertadora e consciente pautada em reflexões críticas acaba caindo num universo repleto de julgamentos, no qual essa sociedade exclui e desumaniza os mesmos fazendo com que se sintam fora dessa sociedade que é opressora. No entanto é possível perceber que o método proposto por Paulo Freire faz com que o homem se encontre consigo mesmo, com os seus semelhantes, tornando-se apto em se libertar de sua condição de oprimido e sendo capaz de transformar o mundo a sua volta.

O método de Paulo Freire se caracteriza em sua essência tendo como um de seus pilares de sustentação a dialéctica, pois Freire entende a dialéctica como parte essencial no processo educacional para a alfabetização de jovens e adultos, no qual ninguém poderia ser considerado como detentor do saber e que ninguém seria autosuficiente em aprender sozinho. Por esta razão, educador e educando se complementam na troca de conhecimento:

A educação, que deve ser um ato coletivo, solidário – um ato de amor, dá para pensar sem susto -, não pode ser imposta. Porque educar é uma tarefa de trocas entre pessoas e, se não pode ser nunca feita por um sujeito isolado (até a autoeducação é um diálogo à distância), não pode ser também o resultado do despejo de quem supõe que possui todo o saber, sobre aquele que, do outro lado, foi obrigado a pensar que não possui nenhum (BRANDÃO, 1981: 22).

Brandão vai acrescentar também que um dos pressupostos do método é a ideia de que ninguém educa ninguém e ninguém se educa sozinho. Portanto é necessário que haja sempre essa via de mão dupla que sustenta a educação. Baseado em uma nova pedagogia, Freire visa uma educação diferente do que vemos nas escolas convencionais, segundo ele o conhecimento não deve ser um pacote fechado transmitido de professor para aluno, mas deve ser dinâmico.

Por essa razão não se pode ter apenas um detentor do saber, mas uma troca de conhecimento consciente de maneira dialógica e não bancária. Freire ressalta a necessidade do educando se reconhecer como participante activo desse processo de aprendizagem e não como um simples objecto. Com suas palavras: “*é como homens que os oprimidos devem lutar e não como coisas*”(FREIRE, 2005: 62). Desta maneira o educando se reconhece capaz de produzir o seu próprio saber.

A implementação do conceito de escola inclusiva exige o desenvolvimento de competências e habilidades dos profissionais da educação para lidar com diferentes características físicas e cognitivas dos estudantes. Uma Educação Inclusiva, como concepção de educação, requer processos de ensino-aprendizagem centrados no aluno. Ao mesmo tempo, é necessária uma atenção especial à infra-estrutura da escola, para que se possa garantir e promover a participação de todos os alunos.

2. Reflexões em torno do processo de educação em Moçambique

Para Chicava (Chicava, 2016: 30) com a proclamação da Independência de Moçambique a 25 de Junho de 1975 formou-se o Governo Formal. Com esta conquista o Governo moçambicano ganhou a autonomia para lutar contra o elevado índice de analfabetismo provocado pelo sistema colonial. No entanto, havia uma necessidade urgente de adequação dos livros escolares à realidade moçambicana, uma vez que os conteúdos dos livros do sistema educativo colonial reflectiam a realidade de Portugal, sobretudo nas disciplinas de história e geografia.

A sociedade moçambicana necessitava de uma reforma urgente e total no seu processo educativo, não uma reforma simplista, mas sim como aquela que postulava Freire, como se pode ver: “*Reforma que atingisse a própria organização e o próprio trabalho educacional [...] uma educação que possibilitasse ao homem discussão corajosa de sua problemática*” (FREIRE, 1983: 89).

A reforma curricular de 1983 define, pela primeira vez, uma nova filosofia onde todo o projeto da educação se submetia a um projecto de sociedade socialista, como única via do desenvolvimento económico e social de Moçambique. A filosofia da Formação de um Homem Novo a fim de harmonizar o desenvolvimento da sua personalidade com a formação científica, prática e política, ou seja, é nesta mesma linha que afirmava Freire:

Enquanto a educação colonial tinha como um de seus principais objetivos, ao lado da desafricanização dos nacionais, a preparação de quadros subalternos para a administração, agora o importante é a formação do homem novo e da mulher nova, a que se associa a criação daquele novo tipo de intelectual a que antes me referi. E não é com o que a sociedade em reconstrução herdou do colonizador que ela poderá comprimir esta fundamental tarefa. (FREIRE, 1978: 89).

A pedagogia do oprimido, como pedagogia humanista e libertadora, terá dois momentos distintos. O primeiro que os oprimidos vão desvelando o mundo da opressão e vão comprometendo-se, na práxis, com sua transformação; o segundo, em que transformada a realidade opressora, esta pedagogia deixa de ser do oprimido e passa a ser pedagogia dos homens em processo de permanente libertação.

Na mesma perspectiva, há necessidade de fazer com que a educação concorra para a formação de pessoas livres e responsáveis, na sua dimensão social e individual, e da sua autonomia; isto é, concorrer para a aquisição de aptidões que associem os saberes ao saber-fazer; e saber-ser, para a formação de cidadãos dotados de capacidade crítica e intervenientes na preservação do meio, do património e dos valores essenciais da identificação nacional. A libertação ocorre pela emancipação do sujeito que por meio da educação toma consciência, mas é sempre uma práxis que transforma a realidade em que está inserido. Em suma a educação libertadora precisa expulsar o opressor de si, pela conscientização e por sua vez precisa ser engajada na acção transformadora da realidade.

Na visão de Dussel (1995: 43) estamos, actualmente, num momento em que a filosofia da libertação passa por um despertar, que tem como pressuposto basilar a ideia de que o Outro também tem voz. A pedagogia da libertação se insere neste contexto. Somente uma escola, um educador, um sistema de ensino que é capaz de partir dos anseios dos excluídos que permite de fato a libertação. Ainda no mesmo artigo, estabelece-se que a educação deve garantir a formação do Homem Novo, liberto das ideologias e políticas coloniais e dos valores negativos da tradição, capaz de assimilar e utilizar a ciência e a técnica ao serviço da revolução. É neste contexto que Mazula vai afirmar o seguinte “...*alcançada a paz em 1992 por um processo de negociações entre as duas forças beligerantes, Frelimo e Renamo, Moçambique tornou-se de imediato um espaço de novos temas e abordagens*”(MAZULA, 2000: 9). Ao nível educacional, também começam a surgir algumas urgências para responder às necessidades da época. Portanto, em

Maio de 1992, foi reajustada a Lei nº 4/83 pela Lei nº 6/92. Porém, a estrutura continua a mesma, o que muda são alguns objectivos. Aparece a questão da formação para a cidadania.

Paulo Freire, na sua obra “Cartas à Guiné Bissau”, faz menção à importância das línguas locais no processo de ensino-aprendizagem e chega a referir, relativamente aos intelectuais africanos, que estes “... *deveriam assumir o papel de sujeitos no processo de aprendizagem de sua língua e de expressão de sua linguagem*” (FREIRE, 1978: 100). Aspectos que antes foram negados pela colonização. E, no artigo 4º da Lei nº 6/92 do Sistema Nacional de Educação de Moçambique, está bem explícita a questão da valorização das línguas locais (nacionais).

A conscientização somente acontece com a reflexão crítica sobre e com o seu mundo, com sua realidade. O povo não pode ser calado, precisa ter voz, na escola a criança precisa ter seu conhecimento nativo valorizado, para que possa, a partir dele, criticá-lo, ampliá-lo. Freire mostra que a Educação como Prática da Liberdade precisa ser corajosa para enfrentar os problemas de seu tempo com a participação do povo. Uma pesquisa que leva a mudar de atitude, que se insira na realidade política e social através do diálogo activo. Somente a sociedade democrática permite a conscientização através do diálogo corajoso.

CAPÍTULO III: IMPACTO DA EDUCAÇÃO FRERIANA EM MOÇAMBIQUE

Neste capítulo pretende-se desenvolver reflexões sobre: o impacto da educação de Paulo Freire. Ou seja, pretende-se fazer entender que as ideias do autor principal deste trabalho, Paulo Freire, não-se circunscreveram somente no Brasil, mas sim, em todo mundo. E os pontos essenciais dos quais se desenrola as tais idéias são os seguintes: educação como prática da liberdade; desenvolvimento da consciência crítica; valorização do diálogo e da escuta; a educação enquanto meio de formação do indivíduo;

1. Educação como prática da liberdade

O modelo tradicional de ensino foi rompido por Paulo Freire (1978: 79), visto que este modelo, a “educação bancária” o Professor se considerava o aluno como o depósito de conhecimento. Na contemporaneidade, este tipo de modelo não é aconselhável visto que o aluno ao ir à escola transporta consigo algum conhecimento, daí a necessidade de se privilegiar o diálogo no processo de ensino e aprendizagem. Mas para que este diálogo seja possível, a consciencialização deve ser o apanágio do processo de ensino e aprendizagem. A *conscientização* é um dos conceitos fulcrais de Paulo Freire no processo de lecionação de um docente, mas este, deve valorizar a escuta.

1.1. Valorização do diálogo e da escuta

Freire (1978) coloca o *diálogo* no centro do processo educativo porque nele o educador não se coloca como o superior em termos de conhecimento em relação ao educando. Diríamos que é aqui onde encontramos a figura do Professor na sala de aulas como *facilitador* do processo do ensino e aprendizagem. E em coadjuvado em grande medida pela teoria de David Ausubel que é essencialmente apelidada de *aprendizagem por descoberta*.

1.2. Influência em políticas públicas

Inspirou programas de *alfabetização de adultos* no seu meio de origem e em outros países, com uma metodologia voltada para o contexto e realidade dos alunos. É base de políticas educacionais progressistas. Como nota conclusiva podemos dizer que a pedagogia do nosso *transcende a sala de aula*, o seu propósito está na formação de sujeitos críticos, autônomos e comprometidos com a justiça social.

1.3. A educação enquanto meio de formação do indivíduo

Em uma análise dos autores acima citados compreendemos que a concepção que na perspectiva Durkeimiana a educação é um meio de inserção social mediante a ordem política, social, cultural e económica de cada sociedade. Entretanto, para Marx a educação é o meio através do qual se prepara o Homem para o mundo do trabalho escolarização obrigatória, igual para todos, constitui um requisito que capacita o indivíduo para o exercício de cidadania plena, advogando também que o direito social à educação e à cultura tem carácter fundamental, não só porque dele depende a dignidade humana, na medida em que enriquece as possibilidades de seu desenvolvimento mas também por entrelaçar-se com outros direitos civis, políticos e económicos das pessoas, capacitando-os para o exercício dos mesmos, possibilitando-os e potencializando-os.

A educação passa a ser instrumento de revolução cultural, meio e fim para a construção de uma sociedade mais justa e livre. “*A cidadania se aprende, mas, sobretudo, se conquista, e a melhor forma de conquistá-la é pela educação, pois, apesar de toda a complexidade que a envolve, é indiscutível que o conhecimento transforma pessoas e nações*” (BRZEZINSKI; SANTOS 2015: 14).

Contudo, se faz necessária a contextualização de qual cidadania o sistema educacional pretende formar, um cidadão obediente ou autônomo, capaz ou não de analisar crítica e reflexivamente as relações sociais em que vive, e de qual modelo de sociedade se intenta (re) construir. A cidadania é um conceito indissociável da própria natureza social da instituição escolar, pois, desde os tempos remotos são atribuídas à escola a função de educação para a cidadania. Deste modo, a escola, através da instrução e do acesso à cultura letrada, a organização e da hierarquização de funções e da interiorização de valores, tem vindo a formar crianças e jovens para a sua inserção na sociedade:

Educar para a cidadania pressupõe educar na cidadania e pela cidadania, ou seja, para a liberdade pela liberdade e com responsabilidade». Desta forma, educar para a cidadania implica práticas pedagógicas devidamente organizadas e coerentes com os valores que a organização escolar defende. Esta autora refere ainda que o «conceito de cidadania torna-se muito mais consistente quando permite a participação directa de cada pessoa nas várias formas de vida pública a nível social, cultural, político e profissional (FIGUEIREDO, 1999: 35).

Como se pode constatar, o objectivo final da educação para a cidadania é a participação responsável e consciente dos cidadãos na vida pública do país, quer através dos processos de representação política, quer através do empenho nas instituições da sociedade civil, e com compromissos nos princípios e valores essenciais da democracia. Esta participação responsável reivindica um conjunto de conhecimentos, competências e capacidades de intervenção que a escola deve desenvolver. Deste modo, a educação escolar tem uma grande responsabilidade no desenvolvimento dessas competências e capacidades cívicas através dos procedimentos da prática da vida escolar, com recurso a metodologias activas e da intervenção não apenas ao nível do currículo explícito, mas também ao nível do currículo oculto.

O contributo da Pedagogia na formação humana é um elemento existencial e essencial para a reflexão sobre a práxis pedagógica, uma vez que ela possibilita a escola ser entendida como ambiente singular, contraditório e ambíguo, sendo constituído por processos colectivos onde a educação escolar se apresenta como actividade humana desenvolvida ao longo da história em que o papel do pedagogo, como um protagonista neste processo, deve ser considerado como sujeito importante e indispensável para construção dessa práxis pedagógica que esteja ocupada com a qualidade do processo ensino-aprendizagem:

O pedagogo é aquele que possibilita o acesso à cultura, organizando o processo de formação cultural. É, pois, aquele que domina as formas, os procedimentos, os métodos através dos quais se chega ao domínio do património cultural acumulado pela humanidade. E como o homem só se constitui como tal na medida em que se destaca da natureza e ingressa no mundo da cultura, eis como a formação cultural vem a coincidir com a formação humana, convertendo-se o pedagogo, por sua vez, em formador de homens (SAVIANI, 1985: 27).

O pedagogo escolar como aquele que domina de maneira intencional e sistemática as formas de organização do processo de formação cultural que ocorre dentro do espaço escolar. Nesse contexto, pode-se salientar a importância da escola e do docente na práxis educativa, considerando a experiência do formador em relação ao objecto por ele formado, observando a necessidade perene de se reconhecer também como objecto, bem como se assumir como ser

social e pensante. No processo educativo, educandos e educadores devem se reconhecer como presença humana no mundo, original e singular, ensaiando uma experiência profunda de se assumir.

O Educador deve respeitar a autonomia do educando, assim como sua identidade. Sua práxis precisa ser coerente, seu discurso não pode ser hipócrita, sem arrogância e autêntico.

O educando deve assumir o papel de sujeito na produção de sua inteligência do mundo, não cabendo somente ao educador a transferência de conhecimentos. “...o que importa, na formação docente, não é a repetição mecânica do gesto, este ou aquele, mas a compreensão do valor dos sentimentos, das emoções, do desejo, da insegurança a ser superada pela segurança” (FREIRE, 1996: 26).

Cabe ao sujeito desenvolver suas potencialidades humanas plenamente. Cabe à escola possibilitar a esse sujeito uma humanização plena. Ao educador, cabe não apenas ensinar conteúdos, mas propiciar o desafio de ensinar o educando a pensar e aprender com o diferente, respeitando aos outros, tendo empatia para com o próximo, tornando-se um ser humano pleno individualmente e socialmente, adquirindo uma formação que contribua para sua emancipação, uma formação que o possibilite desenvolver suas relações humanas.

A prática educativa é um exercício constante, onde educandos e educadores produzem conhecimentos e desenvolvem sua autonomia, não somente através da transmissão de conteúdo, mas através da construção/reconstrução de conhecimentos, refletindo criticamente acerca da importância da prática pedagógica para o desenvolvimento integral do educando. Percebendo-se como ser inacabado, o sujeito começa a se educar, o que traz a consciência de que ele é quem constrói sua própria história.

Para Freire (1996: 67), o que torna o sujeito humano num ser de conhecimento é a consciência da sua humanidade, onde ele se reconhece historicamente e é capaz de se reinventar, capaz de intervir, de transformar. Que tem consciência da sua presença no mundo e das suas responsabilidades também. Que reinventa a própria existência. Sua autonomia é construída a partir da sua liberdade, uma vez que ao assumir suas responsabilidades os sujeitos se constroem como autônomos.

O homem, ao ser dotado de corpo, é feito para trabalhar, e no entanto vemos que não tem de nascença nada mais que simples aptidões: será preciso ensiná-lo aos poucos a sentar-se, a ficar erecto, a andar, a mexer as mãos para realizar uma operação. Onde o fato de o homem necessitar continuamente produzir a sua existência, e assim, adaptar a natureza a si, ajustando-a, segundo as suas necessidades é o que o caracteriza, sendo esta, a marca distintiva do homem que surge no universo, no momento em que um ser natural se destaca da natureza, entra em contradições com ela e, para continuar existindo, precisa transformá-la (COMENIUS, 2006: 72).

Sendo a educação a chave, em qualquer caso, para renovar os valores e a percepção do problema, desenvolvendo uma consciência e um compromisso que possibilitem a mudança, desde as pequenas atitudes individuais, e desde a participação e o envolvimento na resolução dos problemas.

2. A relevância da educação inclusiva

A educação inclusiva se constitui como um movimento sociopolítico que contempla os grupos sociais oprimidos, discriminados e marginalizados no sistema social, os quais lutam pelo princípio da equidade, com o sentido de garantir o acesso as acções efectivas que os reconhecessem e valorizasse-os como sujeitos de direitos, a partir de seus marcadores de diferenças, seja eles existenciais, sociais, culturais, transcendentais, cosmológicos, culturais, antropológicos, sensoriais, físicos, corporais, de género, de sexualidade, de língua, de cor, de raça, de classe e de etnia, entre outras categorias.

Paulo Freire faz referência a duas diferentes concepções de educação. Em uma delas, o educador(a) (professor/a) “deposita” noções na mente dos educandos(as) (alunos/as) da mesma forma que se faz depósito em banco, daí a denominação “educação bancária”. O(a) educando(a) torna-se um(a) mero(a) receptor(a) de conhecimentos, numa relação vertical, ou seja, “*a educação se torna um ato de depositar, em que os educandos são os depositários e o educador o depositante*” (FREIRE, 2002: 58). O(a) educador(a) julga-se detentor do saber e espera que todos (as) os (as) educandos (as) tenham um mesmo modo de pensar e os mesmos conhecimentos. Educação esta que se encontra directamente ligada aos ideários do poder opressor, já que os oprimidos, impossibilitados de problematizar questões relacionadas à realidade que os oprime, simplesmente “aceitarão” esta realidade como ela é.

Nesse modelo não há lugar para as diferenças, nem para o questionamento. O pragmatismo ocupa o lugar da esperança. A opressão é legitimada suprimindo-se o direito fundamental de todo homem e mulher de agir em sua própria história. A visão fatalista não percebe todas as potencialidades dos sujeitos. Ao contrário, as diferenças são realçadas, vistas como entraves ao seu desenvolvimento. A inclusão é desconsiderada diante das dificuldades formuladas pelo opressor, e a mudança é transformada em sonho impossível de se realizar. Para os acomodados não há o que fazer além de excluir do sistema aquele que “foge” aos padrões.

A visão libertadora, diferentemente dessa última, aceita todo homem e mulher como agentes de sua transformação. O(a) educador(a) não se entrega ao fatalismo, negando ao educando(a) o conhecimento de sua opressão, e se libertar. *“Desrespeitando os fracos, enganando os incautos, ofendendo a vida, explorando os outros, discriminando os índios, o negro, a mulher, não estarei ajudando meus filhos a serem sérios, justos, e amorosos da vida e dos outros”*(FREIRE 2000: 367).

Não cabe, pois, ao educador(a) segregar os(as) historicamente excluídos(as), omitindo-se diante da opressão e legitimando o discurso do opressor. Dessa forma, estará negando ao oprimido sua condição histórica de ser agente de transformação. *“Mulheres e homens se tornam seres ‘roubados’ se selhes nega a condição de partícipes da produção do amanhã”*(FREIRE, 2001b: 85).

Assim, a “educação problematizadora” ou “educação para a liberdade”, que, ao nosso ver, se constitui numa “educação inclusiva”, ocorre numa relação horizontal, onde educador(a) e educando(a) estabelecem constante diálogo, para que o último tenha consciência de que não apenas está no mundo, e sim, com o mundo, buscando transformar a realidade. O respeito ao conhecimento prévio que o educando(a) possui é de fundamental importância, para que se possa propor, e nunca impor, o que, e como será desenvolvido o trabalho em sala de aula. Na compreensão de Freire (2002: 70), a educação como prática da liberdade, ao contrário daquela que é prática da dominação, implica na negação do homem abstracto, isolado, solto, desligado do mundo, assim também na negação do mundo como uma realidade ausente dos homens.

A diversidade, que engloba todo e qualquer indivíduo, independente de sua condição existencial (estrutura física, psíquica e/ou emocional, cor, etnia, religião etc.), começa a incomodar a

diversos sectores da sociedade, já que a luta pela aceitação do outro é travada por grupos diferenciados, objectivando a incorporação de um pensamento libertador.

A educação inclusiva é significada por meio da educação dialógica, séria, rigorosa, democrática, em nada discriminadora, nem dos renegados, nem dos favorecidos, construída na base do diálogo no sentido de democratizar as relações humanas para construir o respeito e a valorização da alteridade humana. pedagogia inclusiva de Freire é fundada na ética, no respeito à dignidade e à própria autonomia do outro, principalmente nos direitos fundamentais como de respeito à vida dos seres humanos, à vida dos outros, dos animais, à vida dos pássaros, à vida dos rios e das florestas. Por essa razão, a educação inclusiva Freireana provoca a ressignificar esse tema em questão no campo da educação geral, especial e inclusiva, já que, o entendimento que o movimento de inclusão não se resume as práticas isoladas de ensinar as diferenças, mas como um paradigma emergente como um direito a todos e todas de participarem da sociedade.

A educação inclusiva na perspectiva freireana é um movimento intercultural que promove relações democráticas, inclusivas, dialógicas e a participação de todas e todas na realidade social, bem como aparece como uma dimensão desveladora, desocultadora e iluminadora de problematização das amarras sociais nos processos presentes nas diversas formas de opressão, marginalização e exclusão contra às diferenças:

Inclusão é a nossa capacidade de entender e receber o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência, física, para os que têm comportamento mental, para os superdotados, e para toda criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com outro (MANTOAN, 2005: 96).

A educação inclusiva compreendida pela sociedade como uma concepção integracionista, adaptativa e funcionalista. A concepção de educação inclusiva de Paulo Freire é o devir do anúncio de um discurso libertador e humanizado com os oprimidos, visando a transformação da realidade social, tornando estes sujeitos de opção; de decisão na construção de um projecto na sociedade numa visão progressista para que todos existam de forma plena humanamente:

O princípio inclusivo avança na exigência da qualidade do atendimento prestado aos alunos que enfrentam problemas na aprendizagem, seja por motivos de deficiência, seja por dificuldades ocasionadas por repetência, [...] idade/série ou, ainda, por factores económicos e sociais (GUSMÃO, *et al.*, 2011: 70).

A educação inclusiva é uma ferramenta renovadora nas instituições escolares, porque ela amplia os horizontes e a participação activa dos alunos nos processos de ensino e de aprendizagem. Trata-se de uma ressignificação de toda a estrutura educacional para a recepção do aluno especial, incluindo as políticas vigentes, os procedimentos de ensino, bem como todas as outras acções da comunidade escolar. No entendimento de Páez (2001: 33), a inclusão pode trazer benefícios incontestáveis para o desenvolvimento da pessoa com deficiências, desde que seja oferecida na escola regular, necessariamente, uma educação especial.

Precisa-se, pois, obter um sistema educacional inclusivo, na definição ampla deste conceito, é imprescindível que se parta do princípio de que todas as crianças podem e devem aprender que se respeitem todas as diferenças existentes entre os alunos e que a metodologia pedagógica atenda às necessidades de todos os discentes. É necessário ter uma visão holística da situação. Atitudes dinâmicas, flexíveis, lúdicas, abrangentes, que se distanciem do limitado, do separatista, atitudes voltadas para uma escola cidadã, livre de preconceitos, limitações, em que a diferença seja realmente valorizada.

CONCLUSÃO

Terminado o trabalho, percebe-se que a educação em Moçambique, principalmente no que diz respeito ao ensino nas escolas, ainda demonstra muitas falhas estruturais, a começar na formação de professores que é insuficiente. Por outro lado, a motivação destes professores, muitas vezes desgastada pelas suas condições de trabalho desfavoráveis e difíceis, influencia o seu desempenho numa área fundamental de actuação como a área da educação.

A acção educativa deve não só proporcionar à pessoa o contacto como diversos modelos de pensamento e de comportamento cívico, mas também incentivá-la a saber fazer escolhas na vida, as quais configuram desejos, necessidades, preocupações e aspirações. Em outras palavras, podemos dizer que esses contactos que a pessoa tem com a realidade vivencial configuram e exprimem a personalidade humana. Como se vê, a educação tem o papel de fazer com que as pessoas sejam conscientes da realidade vivida, com o intuito de transformar para o bem comum. Por meio dos processos educativos, a pessoa aprende a ser e a conviver de forma mais justa e humana.

A política educativa moçambicana define a educação básica como um direito universal. Porém, a opção que o país fez, para efectivar uma concepção de escolas inclusivas, coloca desafios nos diferentes segmentos, económicos, jurídicos e educacionais, no que se refere à criação de condições estruturais, conceituais e humanas, para garantir que todas as pessoas que demandem desses processos inclusivos sejam atendas.

Para a implementação do processo educacional inclusivo, segundo as recomendações internacionais, são necessários: infra-estruturas adequadas, para atender a diversidade; alocação de materiais; programas de formação inicial e continuada junto aos profissionais da educação. Dessa forma, será possível promover com sucesso a educação inclusiva, entendida como uma questão de direitos humanos pelo facto de: defender que a diferença identifica-nos; por considerar a igualdade e a dignidade inerente a todo ser humano; por ser expressão do processo formativo, que busca a igualdade e a formação cidadã e que incluir deve ser entendido com ser parte de algo, compor o todo.

A educação como um direito perpassa a compreensão de um projecto educativo, que tem como fim a formação para a cidadania, por meio da ciência, da emancipação, da liberdade, da razão e do pensamento crítico. Logo, a sociedade passa a se organizar e agir de modo participativo, expressando a soberania popular, isto é, a educação como um direito transforma a vida de uma sociedade tornando-a democrática em sua essência.

O conceito de inclusão, no âmbito específico da Educação, implica rejeitar, por princípio, a exclusão (presencial ou académica) de qualquer aluno da comunidade escolar. Para isso, seguir uma política de educação inclusiva é promover, defender e garantir políticas, culturas e práticas que valorizem a colaboração de cada pessoa para a construção de um conhecimento partilhado e, desta forma, alcançar a qualidade académica e sociocultural, sem discriminação.

A concretização do processo inclusivo, no sistema de educação do país, configura-se como um grave problema devido à não materialização das políticas estabelecidas. Esse problema é causado pela ausência do que está recomendado, previsto e/ou determinado, no que se refere a sua estrutura física, curricular e humana, para atender, de modo qualificado, os estudantes que estão em processo de inclusão. A limitação de oportunidades dificulta o processo de aprendizagem, evidenciando a desigualdade e a discriminação. Nas escolas de Moçambique, a estrutura física é inadequada e os recursos humanos com formação são escassos. Essas deficiências podem ser consideradas como elementos limitadores para efetivação das políticas de inclusão escolar recomendadas pelo Estado na tentativa de responder às recomendações internacionais.

Para que a educação possa contribuir com a construção de uma sociedade, com identidade inclusiva, é necessário enfatizar a centralidade nas pessoas, nos aspectos culturais, cognitivos, afectivos, sociais e históricos presentes nas organizações que compõem o Estado.

Ao defender a educação como uma ferramenta de implementação das políticas internacionais, à medida que revela ao homem os valores que o conduz a viver em sociedade como actor do seu destino, portanto as políticas públicas deslocam a perspectiva inclusiva para centralidade das lutas quotidianas por direitos e pela garantia daqueles que já existem. Esses direitos e essas garantias vêm plasmados nos instrumentos jurídicos de Moçambique, orientados pelos acordos internacionais, que servem de base de sustentação na promoção de valores e oportunidades iguais.

Referências bibliográfica

FREIRE, P. (1980). *Pedagogia do oprimido*. 17ª. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

FREIRE, P. (2011). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, SP: Paz e Terra

_____.(1997). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.

_____, (1997). *Pedagogia da indignação - cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Ed UNESP 2000.

_____, (1997b). *Política e Educação: ensaios*. São Paulo: Cortez.

_____, (1997c). *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Paz e Terra.

AUSUBEL, D.P. (1982). *A aprendizagem significativa: a teoria de David Ausubel*. São Paulo: Moraes.

BOLACHA, N.F. (2013). *A mulher moçambicana na ocupação de cargos de decisão: um estudo de caso no âmbito das direcções provinciais de Nampula*. Universidade Católica Portuguesa. Lisboa

MAZULA, B. (2006). *Pensar a Educação Perfeita: comemorando Einstein 100 Anos Depois*. Maputo: Imprensa Universitária/UEM.

_____. (2008). *Ética, educação e criação da riqueza: uma reflexão epistemológica*. Maputo: Texto Editores.

MORIN, E. *et all.* (2003). *Educar na era planetária: o pensamento complexo como método de aprendizagem pelo erro e incerteza humana*. São Paulo: Cortez e Unesco.

TOURAINÉ, Alain. (1989). *Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina*. Trad. de D. Poletti. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas.

ROUSSEAU, Jean Jacques. (2003). *Do contrato social princípios do direito político*. Trad. José Cretella Junior e AgnesCretella. São Paulo: Revista dos Tribunais.

PFROMM NETTO, S. (2002). *Psicologia da aprendizagem e do ensino*. 2.ed. São Paulo: EPU.